



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

**Registro: 2015.0000517463**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Mandado de Segurança nº 2103605-06.2015.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é impetrante MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, é impetrado MM. JUIZ(A) DE DIREITO DA VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DO FORO CENTRAL.

**ACORDAM**, em 16ª Câmara de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Concederam em parte a segurança, nos termos do v. acórdão. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores GUILHERME DE SOUZA NUCCI (Presidente) e LEME GARCIA.

São Paulo, 28 de julho de 2015.

**OTÁVIO DE ALMEIDA TOLEDO**  
**RELATOR**  
Assinatura Eletrônica



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

16ª Câmara de Direito Criminal  
MANDADO DE SEGURANÇA nº 2103605-06.2015.8.26.0000  
IMPETRANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO  
IMPETRADO: MM. Juiz do Foro Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Paulo

**VOTO nº 22546**

Mandado de segurança. Pedido de efeito suspensivo ativo a RESE. Decretação da prisão preventiva pelo descumprimento anterior de medidas protetivas. Art. 313, III do CPP. Indeferimento judicial bem fundamentado. Indiciado não advertido formalmente sobre a proibição de veicular imagens íntimas da ofendida. Não constatação e direito líquido e certo à decretação. Pedido de busca e apreensão dos aparelhos eletrônicos do acusado. Ausência de fundamentos válidos para o indeferimento do pedido. Busca e apreensão. Ação cautelar que objetiva a garantia de integridade física e psicológica da vítima. Cabimento do procedimento cautelar requerido. Ofensa a direito líquido e certo. Segurança parcialmente concedida.

1. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, por meio da Promotora de Justiça, Dra. Silvia Chakian de Toledo Santos, impetra o presente mandado de segurança, com pedido de liminar, contra ato do MM. Juiz de Direito da Vara Central de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de São Paulo, Dr. Luis Fernando Decoussau Machado.

Discorre, inicialmente, sobre a legitimidade ativa do *Parquet* e o cabimento do *mandamus* para conferir efeito suspensivo ativo ao Recurso em Sentido Estrito interposto.

No mérito, relata que em 14 de maio de 2015, a autoridade impetrada indeferiu o pedido de prisão preventiva e busca e apreensão no

domicílio do investigado Euclides Neto da Silva Leite, por decisão judicial ausente de fundamentos válidos. Contra o pronunciamento judicial foi interposto recurso em sentido estrito, ao qual se pretende conferir efeito suspensivo ativo por meio do mandado de segurança impetrado.

A liminar foi indeferida às fls. 86/87.

A autoridade impetrada prestou informações (fls. 92/100), tendo a douta Procuradoria Geral de Justiça se manifestado pela concessão da segurança (fl. 102/106).

2. *Ab initio*, conheço do presente *mandamus* que se refere a medidas cautelares antecedentes ao processo penal.

Enuncia o art. 5º, inciso LXIX da Constituição Federal:  
*"conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por "habeas-corpus" ou "habeas-data", quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público".*

Tal previsão contempla, sem dúvida, procedimento célere, que abrevia o trâmite comum ordinário pela evidência do direito alegado. Há um direito certo e incontroverso que por qualquer ilegalidade foi violado por autoridade pública.

Antes, a revogada Lei nº 1.533/51 dispunha em seu art. 5º, que não era admitido o mandado de segurança *"// - de despacho ou decisão judicial, quando haja recurso previsto nas leis processuais ou possa ser modificado por via de correção."*

Por conseguinte, com amparo naquele diploma legal, no ano de 1963, foi aprovada a Súmula nº 267 do STF. *In verbis*: *"Não cabe mandado*

*de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correção".*

Ocorre, no entanto, que referida norma foi sucedida pela Lei nº 12.016/09, que ampliou a hipótese de cabimento do *MS*, ao disciplinar em seu art. 5º, que não se conhece do *mandamus*: "*II - de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo*".

Assim inovou o legislador ao admitir a impetração de mandado de segurança quando a decisão judicial for passível de impugnação por recurso recebido apenas no efeito devolutivo.

Segundo Gilmar Mendes e Arnaldo Wald: "*A legislação anterior se referia especificamente à correção, o que o texto atual (art. 5º, inc. II, da Lei nº 12.016/09) não faz; mas a interpretação deve continuar a ser a que prevalecia, se a reclamação for eficaz no caso. Se o recurso ou a correção admissível não tiver efeito suspensivo do ato judicial impugnado, é cabível a impetração para resguardo do direito lesado ou ameaçado de lesão pelo próprio Judiciário. Só assim há de se entender a ressalva do inc. II do art. 5º da reguladora do mandamus, pois o legislador não teve a intenção de deixar ao desamparo do remédio heroico as ofensas a direito líquido e certo perpetradas, paradoxalmente, pela Justiça*". (Mandado de Segurança e Ações Constitucionais, Hely Lopes Meireles e outros, 32ª edição, Malheiros Editores, São Paulo, 2009, p.40-41).

E esse parece ser o caso dos autos.

3. Consta que, em 26.06.2014, Ruth da Conceição Nascimento, que reside em São Paulo, compareceu ao Distrito Policial noticiando que seu ex-namorado, Euclides Neto da Silva Leite, que reside no Estado do Maranhão, inconformado com o término da relação, ameaçou publicar imagens íntimas dela na internet e matá-la, além de ter cancelado as

passagens aéreas de retorno da ofendida a São Paulo, causando-lhe sérios transtornos.

Assim instaurou-se o Inquérito Policial nº 0074041-94.2014.826.0050, para o qual está preventa a autoridade impetrada ao julgamento de futura ação penal.

O Ministério Público ingressou, em 02.07.2014, com medida cautelar de proteção à vítima, postulando: "*a) proibição de aproximação; fixando-se limite mínimo de distância da vítima; b) proibição de qualquer contato com a vítima; c) proibição de frequentar determinados lugares, quais sejam, residência e trabalho da vítima; d) proibição da veiculação de qualquer imagem e informação referente à vítima em qualquer meio eletrônico ou rede social sem sua autorização*" (fl. 26).

Em 03.07.2014, os pedidos foram parcialmente deferidos pela autoridade impetrada, que determinou: "*a) que o requerido seja obrigado a ficar, no mínimo, a 300 (trezentos) metros de distância da requerente, sob pena de incorrer em crime de desobediência; b) que o requerido abstenha-se de manter contato com a requerente por qualquer meio de comunicação; c) que o requerido abstenha-se de frequentar o local de trabalho ou a residência da requerente*" (fl. 30).

À época, a autoridade impetrada ponderou que o pedido de proibição de exibir imagens da vítima deveria ser formulado perante outro juízo, declinando de sua competência para julgar o pleito.

No entanto, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher tem natureza híbrida, cível e penal, inexistindo qualquer óbice para o julgamento do pedido pela autoridade impetrada. De fato, posteriormente, revendo sua posição, o juízo deferiu tal pedido formulado pelo MP.

Assim ocorreu porque em 12.05.2015, o *Parquet* noticiou a exibição de fotos íntimas da vítima pelo acusado, por meio do aplicativo whatsapp, requerendo, então: a) a prisão preventiva do paciente, por ter desrespeitado a obrigação de não manter contato com a vítima; b) a proibição de veicular imagens da vítima e; c) a busca e apreensão domiciliar dos aparelhos eletrônicos que armazenam fotos e vídeos.

A autoridade impetrada, por sua vez, somente determinou, em complemento às medidas antes deferidas, que o requerido se abstinhasse de veicular imagens e informações da paciente por qualquer meio de comunicação (fl. 67/69).

Acerca da prisão cautelar, não encontro ilegalidade, abuso de poder ou ofensa a direito líquido e certo.

Com efeito, reconheço a validade dos fundamentos empregados na decisão. *In verbis*:

*"Na hipótese dos autos, malgrado concedidas as medidas protetivas de urgência a fls. 19/21, é certo que à época não foi determinada a proibição de veiculação de imagens da requerente, sem que houvesse, saliente-se, qualquer recurso ministerial contra esta decisão. E tanto é verdade que o Ministério Público postulou, nesta oportunidade, o agravamento das medidas protetivas de urgência com a proibição de o requerido veicular qualquer imagem da requerente sem a autorização dela, o que excepcionalmente defiro com fundamento no artigo 7º, V, da Lei nº 11.340/06 e diante do fundado risco de renovação das práticas delitivas".* (fl. 68).

Com efeito, o pedido ministerial se funda no descumprimento de medidas protetivas, nos termos do art. 313, III do CPP, mas não restou comprovado o descumprimento das obrigações impostas. O

fato ensejador do pedido foi a exibição de fotos íntimas da requerente, mas não existia proibição legal, neste sentido, antes estabelecida.

No mais, com relação ao pedido de busca e apreensão, reconheço a ausência de fundamentos válidos para o indeferimento do pedido.

Segundo motivos expostos pela autoridade impetrada: "*o processo cautelar destina-se à adoção de medida urgentes e necessárias para a garantia da integridade física e psicológica da vítima em situação de violência doméstica e familiar. E nesse sentido, esse processo cautelar não poderá, como se vê, transformar-se em verdadeiro procedimento investigatório, inclusive com realização de perícia no material apreendido, tal como ocorreria se fosse deferido o pedido nos moldes postos pelos Ministério Público*" (fls. 68/69).

Observo, no entanto, que a busca e apreensão também é procedimento cautelar, embora não esteja elencado no art. 22, art. 23 e art. 24, todos da Lei nº 11.340/06 (Lei Maria da Penha). De acordo com ensinamentos de Eugênio Pacceli de Oliveira:

*" Trata-se, por certo, de medida de natureza eminentemente cautelar, para acautelamento de material probatório, de coisa, de animais e até de pessoas, que não estejam ao alcance espontâneo, da Justiça. A medida, cautelar no que se refere à questão probatória e à segurança de pessoas, também é excepcional por implicar a quebra da inviolabilidade do acusado ou de terceiros, tanto no que se refere à inviolabilidade do domicílio quanto no que diz respeito à inviolabilidade pessoal. Por isso, somente quando fundadas razões, quanto à urgência e à necessidade da medida, estiverem presentes, é que se poderá conceder a busca e apreensão, tanto na fase de investigação como no curso da ação penal"* (Curso de Processo Penal, 16ª Edição, 2012, p. 432).

No caso, o pedido de busca e apreensão pretende conferir maior eficácia à medida protetiva que proíbe o agressor de exibir fotos íntimas da vítima, sem o consentimento dela. Não é condição *sine qua non* para o cumprimento da medida, pois, como sabido, arquivos podem ser armazenados em nuvem e acessados por meio de vários equipamentos eletrônicos. De qualquer modo, plausível a tentativa de apreender do investigado, material que causa grande constrangimento e sofrimento psicológico e emocional vítima, conforme relatório psicológico de fls. 51/66.

Há pertinência no pedido e ele está diretamente relacionado e conexo com as demais medidas protetivas solicitadas pela ofendida. Ademais, já há inquérito policial instaurado, no curso do qual poderá ser elaborada a perícia mencionada pela autoridade impetrada.

Deste modo, reconheço, desde já, a ilegalidade da decisão, que por falta de fundamentos jurídicos válidos, ofende direito líquido e certo do impetrante a obter uma prestação judicial.

Por conseguinte, em caráter excepcional, tendo em vista que a medida ora deferida tem natureza probatória e não interfere na liberdade de locomoção do investigado, confiro efeito suspensivo ativo ao RESE interposto, somente para autorizar a busca e apreensão, nos termos em que requerida pelo Ministério Público.

4. Isto posto, pelo meu voto, concedo parcialmente a segurança para determinar a busca e apreensão domiciliar à residência de Euclides Neto da Silva Leite, a fim de apreender computadores e equipamentos eletrônicos ali existentes.

OTÁVIO DE ALMEIDA TOLEDO





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**PODER JUDICIÁRIO**  
São Paulo

Relator